

**Artigo**

**VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA**

**OBSTETRIC VIOLENCE: AN INTEGRATIVE REVISION**

Janiele Celine Lourenço da Silva<sup>1</sup>  
Emmanuella Costa de Azevedo Mello<sup>2</sup>  
Emmanoela de Almeida Paulino Lima<sup>3</sup>  
Rafaela Prima de Lucena<sup>4</sup>  
Camila Abrantes Cordeiro Morais<sup>5</sup>

**RESUMO:** O momento do parto é uma experiência muito grande na vida de cada mulher, pois é um evento bastante importante. Muitas mulheres sofrem desrespeito, maus-tratos e abusos durante o parto. Assim, o presente estudo teve como objetivo sintetizar a produção científica nacional e internacional sobre violência obstétrica no Brasil. Trata-se de uma revisão integrativa, no qual, possibilita identificar e analisar resultados obtidos em pesquisas com inclusão de estudos experimentais e não experimentais. Foram levantados 61 artigos, que após a leitura de títulos, critérios de exclusão e leitura de resumos, restaram 17, os quais compuseram a amostra. Após análise dos estudos foi possível identificar 3 categorias temáticas: violência obstétrica : tipologia, definições e legislação; Tipos de violência obstétrica; negligência na assistência. Foi possível analisar que o cofator ineficaz da falta de conhecimento das parturientes faz com que elas sofram a violência sem perceber. Dessa forma a educação e as formas de aprendizagem em saúde são de total importância e deve ser primordial e indispensável em todo o pré-natal.

**Palavras-chave:** Violência, Enfermagem, Parto.

<sup>1</sup> Enfermeira pela Faculdade de Enfermagem São Vicente de Paula/ FESVIP

<sup>2</sup> Enfermeira, Especialista Em Saúde da Família com Ênfase Na Implantação das Linhas De Cuidado - UFPB.

<sup>3</sup> Enfermeira, Especialista em Saúde da Família, Coordenadora de Estágios da FESVIP

<sup>4</sup> Enfermeira, Mestre em Modelos de Decisão em Saúde UFPB.

<sup>5</sup> Enfermeira, Mestre em Enfermagem – UFPB.



### Artigo

**ABSTRACT:** The moment of childbirth is a very great experience in every woman's life, as it is a very important event. Many women experience disrespect, mistreatment and abuse during childbirth. Thus, the present study aimed to synthesize the national and international scientific production on obstetric violence in Brazil. It is an integrative study, in which, it is possible to identify and analyze results obtained in research with the inclusion of experimental and non-experimental studies. A total of 61 articles were collected which, after reading titles, exclusion criteria and reading summaries, remained 17, which made up the sample. After analyzing the studies, it was possible to identify 3 thematic categories: obstetric violence: typology, definitions and legislation; Types of obstetric violence; negligence in care. It was possible to analyze that the cofactor ineffective of the lack of knowledge of the parturients makes it possible for the violence to perceive. In this way education and the forms of learning in health are of total importance and must be paramount and indispensable in all opre-natal.

**Keywords:** Violence, Nursing, Childbirth.

## INTRODUÇÃO

O momento do parto é uma experiência muito grande na vida de cada mulher, pois é um evento bastante importante, estabelecendo-se um processamento singular, um momento específico, único e especial, onde é evidente por amplas transformações, sejam elas anatômica e fisiológicas, porém a maior modificação é o papel de ser mãe (SANTANA; LANH; SANTOS, 2015).

Podemos analisar que o parto é um processo natural e fisiológico. Desde o princípio, era realizado de forma automática pela mulher, porém era auxiliado por pessoas que tinha um conhecimento sobre o nascimento, depois que ocorreu a institucionalização sobre esse trabalho, o parto se transformou em mecanizado e protagonizado, pois era abordado como uma doença, devido a esse fato começou a utilizar medidas intervencionista para tratá-los. Sendo assim, alguns profissionais desconsideraram o contexto psicossocial que engloba esse momento, tornando-se



### Artigo

desumano para as parturientes, retirando assim todo seu direito e vontade do procedimento realizado (PERREIRA et al., 2016).

A parturição é um evento que se integra ao rol das experiências humanas que possuem um grande significado. Diferentes de outros momentos que necessitam de uma abordagem hospitalar, o parto se caracteriza como um evento totalmente fisiológico normal que requer apenas um cuidado e acolhimento específico. Porém, de acordo com a literatura vigente, esse evento é muitas vezes mencionado como uma violência institucional, realizada justamente por aqueles que deveriam prestar cuidados essenciais as parturientes (AGUIAR; OLIVEIRA, 2011).

De quatro mulheres brasileiras uma sofre violência no parto, segundo uma pesquisa que realizada em 2010, pela fundação Perseu Abramo: “Mulheres brasileiras e Gênero nos espaços público e privado”. A definição internacional de violência no parto menciona qualquer intervenção ou ato à mulher ou ao seu bebê, sendo praticado sem o consentimento esclarecido e informado da parturiente e, portanto, isso se torna um desrespeito a sua integridade física e mental, aos seus sentimentos, as suas opções e preferencias e principalmente pela autonomia que a mesma possui (SILVA et al., 2014).

Além desses fatores, existem ainda os xingamentos as parturientes, os comentários ofensivos e abusivos, agressão física, sofrimento psicológico e as discriminações socioeconômicas e raciais, em que esses fatores são declarados pelas mulheres que foram agredidas por alguns profissionais de saúde. Existem procedimentos como os processos invasivos, manobras de Kristeller, contenção da posição do parto, intervenções de averiguação e aceleração do parto, esses atos são classificados como violência obstétrica (REDE PARTO DO PRINCÍPIO, 2012).

A OMS (Organização Mundial da Saúde) conceitua a violência como uma agressão ou omissão realizada ao indivíduo que produziu ou pode produzir um prejuízo psicológico, físico, sexual, introduzindo também ameaças, imposição ou privação da liberdade, tanto no público privado ou público. Por conter uma extensa definição, violência pode ser caracterizada em vários tipos, onde atinge a todos, portanto a prevalência é ampla nas classes que são menos favorecidas (SILVA et al., 2016).



### Artigo

Acredita-se que a ausência de orientação nos atendimentos no pré-natal é um dos fatores analisados para ocorrer a manifestação e aceitação para as intervenções violentas que acontecem na hora do parto, portanto, podemos analisar que se o pré-natal for realizado de maneira efetiva, com orientações eficazes e consistentes em todo o período gestacional, a mulher vai ter total emponderamento e conhecimento para poder questionar sobre os procedimentos e realizações que poderão ser manifestadas perante ela (FRIGO et al., 2013).

Muitas mulheres sofrem desrespeito, maus-tratos e abusos durante o parto em institucionalizações de saúde, isso ocorre em todo o mundo. Esses tratamentos eles não violam apenas os direitos das mulheres sobre o cuidado que deve estar presentes mas, também ameaça o direito a vida, a integridade pessoal, à saúde e a não discriminação. Portanto, as declarações convocam uma maior vinculações de ações, mobilizações, diálogo sobre esse tema de saúde pública e direitos humanos de tamanha importância (OMS, 2014).

Diante dessas considerações surgiu o interesse em desenvolver uma revisão integrativa sobre a produção científica na qual se busca identificar as intervenções de violência no parto, que causa a parturiente atos violentos e traumáticos, onde essa busca tem a relevância de contribuir na melhoria das práticas assistenciais dos profissionais e na diminuição da violência obstétrica na hora do parto. Tal investigação justifica-se para conhecimento e interpretação da produção sobre o tema com a finalidade do desenvolvimento de futuras pesquisas além de contribuir para a atuação do profissional de enfermagem diante a situação.

Para guiar a revisão integrativa, formulou-se a seguinte questão: Quais os estudos existentes na literatura nacional e internacional sobre violência obstétrica no Brasil ?. A fim de cooperar com as pesquisas e com a melhoria da assistência durante o parto, a realização dessa pesquisa teve como objetivo sintetizar a produção científica nacional e internacional sobre violência obstétrica no Brasil.



**Artigo**

**MÉTODO**

O presente estudo em questão foi realizado mediante o método de revisão da literatura. Método esse que para Souza, Silva e Carvalho (2010) é considerado como uma abordagem do tipo metodológica referente às revisões, que permite a inclusão de estudos ou pesquisas experimentais e não experimentais para uma compreensão completa do caso analisado.

Para compor o corpus da pesquisa, houve a busca por artigos no período de janeiro à abril de 2018, com acesso a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), operacionalizado mediante busca eletrônica de artigos indexados na biblioteca virtual Scientific Electronic Library on-line (SCIELO); Caribe de Informação em Ciências da Saúde (LILACS); BDENF – Enfermagem. Para o levantamento da pesquisa, foram utilizados os descritores: violência, parto e enfermagem, através do operador booleano “AND”, com o objetivo de facilitar a busca aos manuscritos.

Por se tratar de uma revisão integrativa da literatura, a população foi representada por publicações sobre a temática e a amostra foi constituída pelos os documentos eletrônicos que atenderam aos seguintes critérios de inclusão: artigos publicados nos anos de 2000 a 2017, no idioma português, disponíveis na íntegra na biblioteca e bases de dados selecionadas e que estiverem relacionados ao tema proposto. Desse modo, foi possível identificar 336 publicações.

Foram excluídos da amostra teses e dissertações, artigos com resumos indisponíveis e artigos repetidos nas bases de dados. Neste presente estudo foram localizados 61 artigos. Dos quais 40 não respondiam aos critérios da pesquisa e 4 encontravam-se repetidos nas bases de dados exploradas. Após a seleção e leitura criteriosa de cada um dos artigos, apenas 17 correspondeu a questão norteadora e atenderam aos critérios da pesquisa.

A seguir os estudos foram agrupados em categorias e ideias principais, conforme o tema abordado, para discutir os fatores relacionados à violência no parto. Dessa forma, foram estabelecidas as seguintes categorias: violência obstétrica: tipologia, definições e legislação, formas de violência no parto e negligência na assistência.



**Artigo**

**RESULTADOS**

Na presente revisão integrativa da literatura analisou-se dezessete artigos que atenderam aos critérios de inclusão previamente estabelecidos. A seguir será apresentado um panorama geral dos artigos avaliados, antes de proceder à apresentação das categorias temáticas.

**Caracterização dos estudos**

Em relação ao ano de publicação, o primeiro estudo data do ano 2004. Os anos de 2000, 2001, 2002, 2003, 2005, 2006, 2007, 2008, 2010, 2012 e 2015, não tiveram publicações. Os demais anos, manteve uma distribuição equitativa, como pode ser observado na Tabela 1.

**Tabela 1-** Distribuição dos artigos da amostra por ano de publicação.

<b>Ano de publicação</b>	<b>2004</b>	<b>2009</b>	<b>2011</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
<b>Numero de artigos</b>	<b>01</b>	<b>01</b>	<b>03</b>	<b>01</b>	<b>02</b>	<b>02</b>	<b>07</b>

Fonte: Dados empíricos da pesquisa, 2018. João Pessoa, Paraíba, Brasil.

Dentre a categorização das 17 publicações selecionadas 100% dessa amostra encontram-se na base de dados LILACS.

No quadro 1 á seguir, são expostas as particularidades dos artigos estudados da amostra, classificados quanto ao autor, título, base de dados, método realizado, ano e origem.



**Artigo**

**Quadro 1** – Características dos estudos incluídos na amostra da revisão integrativa.

<b>Números</b>	<b>Autores</b>	<b>Título</b>	<b>Bases de dados</b>	<b>Métodos</b>	<b>Ano</b>	<b>Origem</b>
<b>01</b>	ANDRADE, P.O.N.; e t al.	Fatores associados à violência obstétrica na assistência ao parto vaginal em uma maternidade de alta complexidade em Recife, Pernambuco.	LILACS	Estudo transversal	2016	Recife /PE
<b>02</b>	AGUIAR, J.M.; OLIVEIRA, A.F.P.L.; SCHRAIBER, L.B.	Violência institucional, autoridade médica e poder nas maternidades sob a ótica dos profissionais de saúde.	LILACS	Pesquisa de campo	2013	Rio de Janeiro/RJ



**Artigo**

<b>03</b>	SENA, L.M.; TESSER, C.D.	Violência obstétrica no Brasil e o ciberativismo de mulheres mães: relato de duas experiências.	LILACS	Estudo de caso	2017	-----
<b>04</b>	OLIVEIRA, M.C.; MERCES, M.C.	Percepções sobre violências obstétricas na ótica de puérperas.	BDENF	Estudo descritivo, de abordagem qualitativa	2017	Recife /PE
<b>05</b>	GRADIM, C.V.C.; et al.	Violência no parto: revisão integrativa.	BDENF	Revisão integrativa	2017	Recife /PE
<b>06</b>	POMPEU, K.C.; et al	Prática da episiotomia no parto: desafios para a enfermagem	BDENF	Descritiva, com abordagem qualitativa	2017	RS





**Artigo**

<b>07</b>	SOUZA, A.C.; et al.	Fatores associados à ocorrência de violência obstétrica institucional: uma revisão integrativa da literatura	LILICS	Revisão de literatura	2016	Campinas
<b>08</b>	OLIVEIRA, R.T.; et al.	Percepção das mulheres sobre violência obstétrica	BDENF	Estudo descritivo, exploratório	2017	Recife /PE
<b>09</b>	SÁ, A.M.P.; et al	O direito ao acesso e acompanhamento ao parto e nascimento: a ótica das mulheres	BDENF	Estudo descritivo, exploratório	2017	Recife /PE
<b>10</b>	TESSER, C.D.; et al.	Violência obstétrica e prevenção quaternária: o que é e o que fazer	LILACS	Estudo descritivo, de abordagem qualitativa	2017	Rio de Janeiro/ RJ



**Artigo**

11	FIGUEIREDO, N.M.A.; et al.	Indicadores de cuidados para o corpo que pro-cria: ações de enfermagem no pré-trans e pós-parto- Uma contribuição para a prática de enfermagem obstétrica.	LILACS	Estudo qualitativo par tir de estratégia	2004	-----
12	SILVA, M.G.; et al	Violência obstétrica na visão de enfermeiras obstetras	LILACS	Estudo de caso	2014	São Paulo /SP
13	SANFELICE, C.F.O.; et al.	Do parto institucionalizado ao parto domiciliar	BDENF	Estudo descritivo com abordagem qualitativa	2014	Campinas /SP



**Artigo**

14	FRELLO, A.T.; CARRAARO, T. E.; BERNARDI, M.C.	Cuidado e conforto no parto: estudos na enfermagem brasileira	BDENF	Estudo de revisão teórica	2011	Salvador /BA
15	AGUIAR, J.M.; OLIVEIRA, A.F. P.L.	Violência institucional em maternidades públicas sob a ótica das usuárias	EMS-ACERVO	Estudo qualitativo	2011	São Paulo/sp
16	RATTNER, D.	Humanização na atenção a nascimentos e partos: breve referencial teórico.	LILACS	Estudo de revisão teórica	2009	-----
17	WOLFF, R.L.; WAL	Violência Consentida: mulheres em trabalho de parto e parto	LILACS	Estudo qualitativo	2011	São Paulo/sp



**Artigo**

**DISCUSSÃO**

**Categorias temáticas**

Nesta seção, será sintetizada e discutida a produção científica sobre os fatores relacionados à violência no parto. Para facilitar essa apresentação, os estudos da amostra foram dispostos em três categorias temáticas: (1) Violência obstétrica: tipologia, definições e legislação; (2); Tipos de violência obstétrica (3); Negligência na assistência.

**Violência obstétrica: tipologia, definições e legislação**

O parto em si, é uma sequência natural e fisiológica que simboliza um marco na trajetória da mulher, no qual esse processo requer cuidados e acolhimentos específicos, que acontece por todos os tempos e por todas as sociedades. É uma experiência cheia de mudanças psíquicas, sociais e biológicas, entretanto é um momento alternado de sentimentos e dúvidas (OLIVEIRA; MERCES, 2017).

Em diversos locais podem ocorrer violência contra a mulher, seja ela em casa, no trabalho, nas ruas e em instituições de saúde. Esse último item que revela a violência institucional, vem ganhando uma grande visibilidade nesses últimos tempos, basicamente tem sido tema de estudos para uma averiguação mais específica principalmente quando fala da violência que é realizada durante o parto, que é esse um processo totalmente natural, onde deveria causar felicidades, acolhimento e cuidados a parturiente (GRANDIM et al, 2017).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) informou há quase duas décadas informações sobre a assistência ao parto normal, relacionadas as condutas obstétricas que estavam sendo recomendadas e que elas deveriam ser mantidas no âmbito hospitalar, além de algumas condutas que deveriam ser realizada com cuidados devido à escassez de comprovação dos seus benefícios. As classificadas como prejudiciais ou danosas, onde essas deveriam ser abolidas junto com as práticas inadequadas. De acordo com esse documento, o Ministério da Saúde (MS) em 2000 lança o Programa de Humanização do Pré-natal e Nascimento com intuito de garantir as recomendações e os



### Artigo

diretos que as mulheres possuem no ciclo gravídico-puerperal (ANDRADE et al, 2016).

A violência obstétrica é analisada pela apropriação dos processos reprodutivos das mulheres e do seu corpo, apropriação essa realizada pelos profissionais da saúde, observando um tratamento desumanizado, abuso em relação a medicação e patologização dos processos naturais, onde esses processos causam perda da autonomia e da capacidade da mulher decidir livremente sobre o seu próprio corpo, implicando assim um impacto negativo na qualidade de vida da parturiente (OLIVEIRA et al., 2017).

A segurança do paciente, tem se tornado uma grande preocupação nos últimos anos, pois acidentes vem ocasionando vários danos e riscos, como: social, físico, psicológico e eventos adversos. Em 25 de julho de 2013 a Resolução da Diretoria Colegiada nº 36, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, teve o objetivo de instituir praticas relacionadas as ações para um melhoramento na promoção da segurança do paciente e para uma maior capacidade dos serviços de saúde. Teve como diretrizes as boas práticas de funcionamento dos serviços sendo eles: públicos, privados, filantrópicos, civis ou militares, onde foi incluso aqueles que realizam ações de ensino e pesquisa. Entretanto se fez necessária uma estruturação nos serviços de saúde (SÁ et al., 2017).

Segundo uma pesquisa realizada em 2010 uma em cada quatro mulheres brasileiras sofrem violência no parto, pesquisa essa realizada pela Fundação Perseu Abramo: “Mulheres brasileiras e Gênero nos espaços públicos e privados”. O conceito da tipologia internacional do parto é definido como qualquer ato ou intervenção que é direcionado ou realizado à parturiente ou ao seu bebê, ou seja atos que são praticados e realizados sem o consentimento explícito e informado da mulher, pois, isso vincula para perca da sua autonomia, integridade mental e física, as suas opções e preferências e aos seus sentimentos ( SILVA et al., 2014).



## Artigo

### Tipos de violência obstétrica

Quando se trata da violência à mulher durante o trabalho de parto, pode ser analisada como uma situação alarmante, pois essa é uma questão dificilmente abordada nesta área, porém é muito comum no cotidiano das maternidades. Esta é uma violência totalmente silenciosa em que as mulheres, ao invés de serem cuidadas e respeitadas devido ao momento que estão vivenciando, elas são apenas atendidas. Esses processos que acontecem é um cuidado, porém desconfortante para a mulher pois a impede de sentir dona do seu próprio corpo (FRELLO; CARRARO; BERNARDI, 2011).

Dentro da população do Brasil as mulheres constituem a maior parte e sem dúvidas são as principais usuárias do Sistema Único de Saúde (SUS). Porém mesmo as mulheres sendo mais vinculadas ao sistema, não tem sido suficiente para solucionar o problema quando se refere as violências que estão sendo cometidas dentro das próprias instituições, que hoje é considerada uma infração grave e um grande problema de saúde pública (GRANDIM et al., 2017).

Nesse contexto surge o entendimento da violência obstétrica, onde se designa principalmente pela negligência da assistência prestada as parturientes, a toda uma discriminação social, violência verbal, física e psicológica, como abordado. Pode se caracterizar violência obstétrica através do uso das tecnologias inadequadas e a inclusão de procedimentos durante o período gravídico puerperal, sem os conhecimentos explícitos e a permissão da gestante/parturiente, afligindo os princípios dos direitos individuais de cada mulher (ANDRADE et al., 2016).

A violência obstétrica pode ser analisada desde: uma discriminação social, uma inadvertência na assistência, violência física (incluindo não utilização de medicação analgésica quando tecnicamente indicada), violência verbal (ameaças, reprimendas, humilhação intencional, gritos, tratamentos grosseiros) e até o abuso sexual. Podemos averiguar também os usos inadequados de tecnologias, procedimentos e intervenções que são desnecessárias frente às comprovações científicas, trazendo uma series de resultados danosos e negativos de intervenções que pode trazer sequelas e riscos, esses fatores eles são categorizados como uma prática violenta (SENNA; TESSER, 2017).

A uma grande insistência na utilização de ações não recomendadas pelas evidencias de estudos, como a imobilização ao leito, o uso abusivo de ocitocina e



### Artigo

a posição litotômica na hora do parto, esses procedimentos podem levar ao prolongamento do trabalho de parto (TP) e do período expulsivo, além da compressão de grandes vasos, onde esses fatores consequentemente vão sinalizar negativamente sobre os resultados perinatais (ANDRADE et al., 2016).

A violência em si é um fenômeno que está em elevação, com perceptibilidade na mídia e na sociedade, as violências obstétricas elas ainda têm uma cobertura muito ampla, principalmente nos próprios serviços de saúde, nos quais os profissionais que presenciam as situações da violência protegem o agressor ou escondem os fatos, por motivos de receio em criar brigas, conflitos e inimizades no ambiente hospitalar (OLIVEIRA; MERCES, 2017).

#### **Negligência na assistência**

Frente aos comentários dos maus-tratos vividos pelas pacientes dentro das instituições de saúde, poderia analisar que a violência seria um hábito ou um uso de poder dos profissionais, sendo esses dois itens “violência e poder”, dois aspectos de um mesmo fenômeno de vinculação apenas com diferenças quantitativas. . Entretanto podemos analisar que a violência não é um item excessivo ou exagerado do poder, porem se expressa com o significativo valor de mais do mesmo poder, pois, estão interligadas. Portanto, a violência constitui uma inexistência do poder ao ser determinado por uma autoridade sem autenticidade (AGUIAR; OLIVEIRA; SCHRAIBER, 2013).

O cenário das maternidades e hospitais encontram-se em situações precárias quando se trata de respeito, pois os relatos de humilhação frente as pacientes estão aumentando cada vez mais, embora muitos profissionais trabalham e lutam pelos direitos da mulher em relação aos processos reprodutivos mas infelizmente a situação ainda se encontra escassa. Diante dos fatos, os profissionais preferem manter o silêncio ao invés de manifestar sua opinião em relação do que ele presenciou, devido ao medo do que poderia vir acontecer (GRANDIM et al., 2017).

Os profissionais de saúde tem que manter um vínculo com a paciente, mantendo ela informada, explicando assim a finalidade de cada intervenção ou tratamento que ela será exposta, além de informar os riscos ou possíveis complicações que podem vir



### Artigo

acontecer. A mulher tem o direito de receber todas as informações sobre os processos indicados pra ela numa linguagem clara, objetiva e específica, além de tratá-la de modo compreensível e respeitoso. Com base nesse discurso a mulher tem direito de recusar procedimentos e tratamentos em seu corpo, o que podemos chamar de direito à recusa informada (OLIVEIRA et al., 2017).

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária, aponta nessa perspectiva, a Resolução RDC nº36, para uma maior segurança do paciente, pertencendo ao serviço de saúde proporcionar uma melhoria na assistência para fazer uma redução nos possíveis riscos que podem vir acontecer à saúde, em relação a mulher e ao seu conceito, outrossim fazer um favorecimento no acompanhamento da mulher na trajetória do seu parto e puerpério imediato, como está previsto na Lei; caso essas manifestações venham ser contrárias as resoluções, ela ficará exposta à violência de caráter psicológico, moral e físico (SÁ et al., 2017).

Realizar o abuso frente ao pré-natal e parto são desrespeito e violações sobre os direitos humanos básicos das mulheres. Os direitos são vinculados em documentos dos direitos humanos que são estabelecidos internacionalmente como: Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos; Declaração Universal dos Direitos Humanos; Relatório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos sobre a Prevenção; Pacto Internacional Sobre Direitos Cíveis e Político; Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher; Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais; Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres (SILVA et al., 2014).

### CONCLUSÃO

De acordo com os artigos que atenderam aos critérios de inclusão nesta revisão integrativa, os resultados mostraram que ainda não é de conhecimento das puérperas quando se trata de violência no parto, entretanto esses atos eles se restringiram ao caráter físico, psicológico, sexual e de negligência. Foi possível analisar e averiguar profundamente, pois o cofator ineficaz da falta de conhecimento faz com que ela sofram a violência dentro do setor hospitalar sem perceber, isso se torna uma





### Artigo

maneira velada e encarada com empatia como esse fato fosse certo na trajetória do parto. Dessa forma a educação e as formas de aprendizagem em saúde são de total importância e deve ser primordial e indispensável em todo o pré-natal, pois o conhecimento deve ser adquirido nessa fase.

Os estudos têm demonstrado que as mulheres vivenciam e relatam como condições desfavoráveis e prejudiciais ao parto, mas não reconhecem esses fatores como violência. Por outro lado, os profissionais de saúde atribuem as condutas inadequadas a diversos fatores, como a falta de estrutura física, condições inadequadas de trabalho, à necessidade de organizar e controlar o serviço e não como fator de relacionamento.

A síntese em estudo vem mostrando que as parturientes que vivenciaram e vivenciam comentam esses fatos como atos desconfortáveis durante o parto, portanto não reconhece esses fatores aglomerados de violência. Vendo também que os profissionais de saúde principalmente os que trabalham em maternidades concedem as condutas que são totalmente contrárias e desfavoráveis as parturientes, pois quando presenciaram um fato da violação se inibem para não haver conflitos dentro do seu setor ou ficam com medo de expor sua opinião para não serem demitidos.

Entretanto, foi de uma ampla averiguação que essa violência que ocorre durante o trabalho de parto acontece sim no nosso cotidiano, como uma forma natural do processo de parir, onde esses fatores das práticas obstétricas são de difíceis mudanças devido aos fatos históricos, culturais e que ainda é vista como práticas rotineiras quando se trata de parto. Um ponto específico para acontecer uma mudança é a Política de Humanização que foi lançada em 2000, além da educação em saúde e das práticas de informações que devem ser passadas para a gestante, porém essa finalidade visa contribuir para uma transformação na assistência.

Podemos avaliar que para ter uma mudança nesse fator da violação as parturientes, a equipe multiprofissional deve ter uma conscientização sobre todos os fatos, além do fato que as mulheres tem um papel principal nessa mudança, pois devido ao seu conhecimento ela pode lutar pelos seus direitos e por uma garantia melhor na assistência. É de grande necessidade novas pesquisas com este determinado tema para assim comprovar diferentes hipóteses envolvendo esse assunto, gestantes,



**Artigo**

famílias e equipes de saúde. Pois através de realizações de pesquisas vai melhorar o atendimento via parto e ampliar a implementação de políticas públicas.

**REFERÊNCIAS**

ANDRADE, P.O.N.; et al. Fatores associados à violência obstétrica na assistência ao parto vaginal em uma maternidade de alta complexidade em Recife, Pernambuco. **Rev. Bras. Saúde Matern. Infant.** Recife-PE, v.16, n.1, p. 29-37, jan./mar., 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbsmi/v16n1/1519-3829-rbsmi-16-01-0029.pdf>

AGUIAR, J.M.; OLIVEIRA, A.F.P.L; SCHRAIBER, L.B. Violência institucional, autoridade médica e poder nas maternidades sob a ótica dos profissionais de saúde. **Cad. Saúde Pública.** Rio de Janeiro-RJ, v. 20, n.11, p. 2287-2296, nov, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v29n11/15.pdf>

FRELLO, A.T.; CARRAARO, T.E.; BERNARDI,M.C. Cuidado e conforto no parto: estudos na enfermagem brasileira. **Revista Baiana de Enfermagem.** Salvador-Ba, v. 25, n. 2, p. 173-184, maio./ago., 2011. Disponível em: [file:///C:/Users/janie/Downloads/5093-18539-2-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/janie/Downloads/5093-18539-2-PB%20(1).pdf)

FRELLO, A.T.; CARRAARO, T.E.; BERNARDI,M.C. Cuidado e conforto no parto: estudos na enfermagem brasileira. **Revista Baiana de Enfermagem.** Salvador-Ba, v. 25, n. 2, p. 173-184, maio./ago., 2011. Disponível em: [file:///C:/Users/janie/Downloads/5093-18539-2-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/janie/Downloads/5093-18539-2-PB%20(1).pdf)

FRIGO,J.; et al. Assistência de enfermagem e a perspectiva da mulher no trabalho de parto e parto. **Revista Cogitare Enferm.** Santa Catarina-SC, v. 18, n. 4, p. 761-6, Out/Dez., 2013. Disponível em: <file:///F:/artigos%20do%20pr%C3%A9-projeto/FRIGOO.pdf>



**Artigo**

OLIVEIRA, R.T.; et al. Percepção das mulheres sobre violência obstétrica. **Rev enferm UFPE on line**. Recife-PE, v.11, n.1, p. 40-6, jan., 2017. Disponível em: [file:///C:/Users/janie/Downloads/11876-28473-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/janie/Downloads/11876-28473-1-PB%20(1).pdf)

OLIVEIRA, M.C.; MERCES, M.C. Percepções sobre violências obstétricas na ótica de puérperas. **Rev enferm UFPE on line**. Recife-PE, v11, n.6, p. 2483-9, jun., 2017. Disponível em: [file:///C:/Users/janie/Downloads/23415-45515-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/janie/Downloads/23415-45515-1-PB%20(1).pdf)

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Prevenção e eliminação de abusos, desrespeito e maus-tratos durante o parto em instituições de saúde. 2014. Disponível em: <file:///F:/artigos%20do%20pr%C3%A9%20projeto/OMS%202014%20REFERENCIA.pdf>

PERREIRA, J.S., et al. Violência obstétrica: ofensa à dignidade humana. **Revista Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research – BJSCR**. v.15, n.1, p.103-108, 2016.

Disponível em: [http://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/6646/1/ARTIGO\\_Viol%C3%AanciaObst%C3%A9tricaOfensa.pdf](http://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/6646/1/ARTIGO_Viol%C3%AanciaObst%C3%A9tricaOfensa.pdf)

Parto do Princípio–Mulheres em Rede pela Maternidade Ativa dossiê da violência Obstétrica. “Parirás com dor”. **Elaborado para a CPMI violência contra as mulheres**. Disponível em: <https://www.senado.gov.br/comissoes/documentos/SSCEPI/DOC%20VCM%20367.pdf>

POMPEU, K.C.; et al. Prática da episiotomia no parto: desafios para a enfermagem. **Rev. Recom**. Rio grande do Sul, v.7, n. 1142, p. 2-8, 2017. Disponível em: [file:///C:/Users/janie/Downloads/1142-6800-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/janie/Downloads/1142-6800-1-PB%20(1).pdf)

RATTNER, D. Humanização na atenção a nascimentos e partos: breve referencial teórico. **Rev. Interface**. v.13, n.1, p.595-602, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/icse/v13s1/a11v13s1.pdf>



**Artigo**

GRADIM, C.V.C.; et al. Violência no parto: revisão integrativa. **Rev enferm UFPE on line**. Recife-PE, v.11, n.3, p. 1299-308, mar., 2017. Disponível em: [file:///C:/Users/janie/Downloads/13506-34338-1-PB%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/janie/Downloads/13506-34338-1-PB%20(2).pdf)

SANTANA, F.A.; LAHM, J.V.; SANTOS, R.P. Fatores que influenciam a gestante na escolha do tipo de parto. **Revista da Faculdade de Ciências Médicas**. Sorocaba, v. 17, n. 3, p. 123 - 127, 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/RFCMS/article/viewFile/21337/pdf>

SILVA, M.G.; et al. Violência obstétrica na visão de enfermeiras obstetras. **Rev Rene**. São Paulo-SP, v.15, n.4, p.720-8, jul./ago., 2014. Disponível em: [http://repositorio.ufc.br/ri/bitstream/riufc/11479/1/2014\\_art\\_mgsilva.pdf](http://repositorio.ufc.br/ri/bitstream/riufc/11479/1/2014_art_mgsilva.pdf)  
SILVA, R.L.V., et al. Violência obstétrica sob o olhar das usuárias. **Revista de Enfermagem UEPE online**. Recife, v.10, n.12, p. 4474-80, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/viewFile/11512/13392>

SÁ, A.M.P.; et al. O direito ao acesso e acompanhamento ao parto e nascimento: a ótica das mulheres. **Rev enferm UFPE on line**. Recife-PE, v.11, n.7, p. 2683-90, jul., 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/janie/Downloads/23440-45641-1-PB.pdf>

SENA, L.M.; TESSER, C.D. Violência obstétrica no Brasil e o ciberativismo de mulheres mães: relato de duas. **Rev. Interface**. v.21, n.60, p.20-209, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/icse/v21n60/1807-5762-icse-1807-576220150896.pdf>

SOUZA, A.C.; et al. Fatores associados à ocorrência de violência obstétrica institucional: uma revisão integrativa da literatura. **Rev. Ciênc. Méd.**, Campinas-SP, v.25, n.3, set./dez., 2016. Disponível



**Artigo**

em: <file:///E:/projeto%20do%20artigo/pasta%20artigo%20bvs/CORRESPONDERAM/17.pdf>

SANFELICE, C.F.O.; et al. Do parto institucionalizado ao parto domiciliar. **Rev Rene**. Campinas-SP, v. 12, n.2, p.362-70, mar./abr., 2014.  
Disponível em: <file:///C:/Users/janie/Downloads/3170-5930-1-SM.pdf>

TESSER, C.D.; et al. Violência obstétrica e prevenção quaternária: o que é e o que fazer. **Rev Bras Med Fam Comunidade**. Rio de Janeiro-RJ, v.10, n.35, p.1-12, 2015.  
Disponível em: <file:///C:/Users/janie/Downloads/1013-7112-1-PB.pdf>

WOLFF, R.L.; WALDOW. Violência Consentida: mulheres em trabalho de parto e parto. **Rev. Saúde Soc**. São Paulo-SP, v.17, n.3, p.138-151, 2008.  
Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v17n3/14.pdf>

